



A CONTABILIDADE CONCERNENTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL-ÉTICO NO QUE TANGE AO MEIO AMBIENTE

BUCCO, Fabrício Quaresma¹
BAIROS, Felipe Oliveira²
CAMARGO, Bruna Faccin³
NEUBAUER, Vanessa Steigleder⁴

Resumo: O presente estudo tem como tema principal a contabilidade concernente ao desenvolvimento industrial-ético, especialmente no que tange ao meio ambiente e ao desenvolvimento industrial sustentável. A contabilidade ambiental é um ramo da contabilidade que visa à organização de dados que registram e controlam a exploração das empresas e se atém a recursos naturais. A aplicabilidade da contabilidade ambiental não só traz benefícios ao meio ambiente, mas também à empresa, e deve sempre ser aplicada mediante a instrução de um bom contador. A contabilidade ambiental é de extrema importância, pois além de despertar o interesse para as questões ambientais proporciona a implementação da variável ambiental na gestão empresarial. Assim, a atenção ao meio ambiente deixa de constar apenas na legislação e passa a fazer parte de uma verdadeira consciência ecológica.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Meio ambiente. Desenvolvimento industrial.

Abstract: *This study's main theme, accounting concerning the industrial-ethical development, especially in regard to the environment and sustainable industrial development. Environmental accounting is a branch of accounting aimed at the organization of data that record and control the operation of companies and sticks to natural resources. The applicability of environmental accounting not only benefits the environment but also to the company, and should always be applied by the instruction of a good accountant. Environmental accounting is extremely important, because in addition to arouse the interest of environmental issues provides the implementation of the environmental variable in business management. Thus, attention to the environment fails to appear only in legislation and becomes part of an ecological consciousness.*

Key words: *Key words: Environmental accounting. Environment. Industrial development.*

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis Unicruz. E-mail: fabriciobucco@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis Unicruz. E-mail: felipe.92@ibest.com.br

³ Contadora, Mestranda em Desenvolvimento da Unijuí. E-mail: brunafaccinfor@hotmail.com

⁴ Docente na Unicruz, Pof. orientadora, Bolsista CAPES e Doutoranda em Filosofia – Unisinos. E-mail: borbova@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo é fácil perceber que o interesse individual de alguns se sobrepõe às necessidades coletivas, especialmente no que tange às prioridades de alguns povos, ou de diferentes grupos sociais. Chama a atenção à sobreposição dos interesses econômico-financeiros sobre as demais ordens de necessidades de determinado povo, ignorando quaisquer condições sociais ou eventuais prejuízos causados.

Independente do significado da globalização, esta possui um sentido de dependência entre os indivíduos, tendo em vista que a distância não corresponde mais a um fator limitante, bem como as consequências de ações locais para com o resto do mundo. Como os recursos, ferramentas técnicas e o *know-how* que os seres humanos adquiriram, suas ações podem alcançar enormes distâncias de espaço e tempo. Mesmo que as relações ocorram de forma local, os atores seriam mal aconselhados a deixar de levar em conta elementos mundiais, uma vez que estes podem ser decisivos para o sucesso ou fracasso de suas ações (BAUMAN, 2011).

Antes de adentrar propriamente no tema proposto, ressalta-se o conceito de percepção ambiental, que trata da ideia que cada indivíduo tem em relação ao ambiente em que vive, bem como com as consequentes ações, tanto individuais como coletivas. É de extrema relevância, portanto, a compreensão desse termo para que seja possível averiguar as relações existentes entre as pessoas e o meio em que vivem (BERNA, 2009).

É necessário, contudo, reconhecer que o contexto mudou: ao colocar o capital financeiro no centro das preocupações, o capital humano e o capital natural experimentaram sérias dificuldades. As empresas passaram a enfrentar, em todas as frentes (ambiental, social e política), novos imperativos que as estão forçando a uma tomada de consciência sobre uma necessária mutação com a emergência de práticas mais responsáveis (LAVILLE, 2009).

Mesmo com as impressões e ambiguidades que ainda cercam os conceitos, todos os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e em longo prazo, dos avanços e melhorias da qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente (BUARQUE, 2008).

Diante do grande avanço da tecnologia e da crescente busca pela lucratividade, constata-se a expressiva procura pelo chamado desenvolvimento sustentável industrial, que visa produzir menor impacto, sem prejudicar o meio ambiente. Desta forma, busca-se o desenvolvimento tecnológico, com maior crescimento das empresas e indústrias, com o



consequente aumento das relações sociais e ambientais no que tange à tomada de atitudes, com base em dados fornecidos por contadores (VEIGA, 2010).

Conscientes do termo e da sua importância torna-se possível a realização de um estudo mais aprofundado no que se refere ao desenvolvimento industrial, aos possíveis prejuízos ao meio ambiente e aos meios disponibilizados pela contabilidade no sentido de amenizar ou extinguir os possíveis danos que lhe são causados (BERNA, 2009).

Desta forma este artigo se propõe a refletir sobre a temática, tendo como principal a contabilidade concernente ao desenvolvimento industrial-ético, especialmente no que tange ao meio ambiente e ao desenvolvimento industrial sustentável.

2 METODOLOGIA

Conforme Beuren (2004), uma investigação pode ser enquadrada conforme o ponto de vista de sua natureza, dos seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos, de seu plano de coleta de dados, da abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa, quantitativa, e sua análise e interpretação de dados.

Este artigo configurasse como uma pesquisa de cunho bibliográfico, conforme Fachin (2003, p.125):

Diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos na obra. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

E segundo Gil (2010, p.29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Beuren (2004, p.92) destaca ainda que “abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social”, classificando assim como uma pesquisa qualitativa, devido ao desenvolvimento de conceitos a partir de material encontrado nas fontes.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Origem da ideia de desenvolvimento sustentável

No período pós-guerra reinava o modelo de crescimento econômico denominado *fordismo*, tanto em economias desenvolvidas como em desenvolvimento. Tal modelo encontrava-se enraizado e alicerçado no tripé da fartura de recursos naturais, no aumento da produtividade do trabalho e na sensação de um Estado desenvolvimentista, a exemplo do Brasil (BUARQUE, 2008).

O Estado, por outro lado, não sabia como compatibilizar a produção material com a preservação da qualidade de vida, uma vez que dependia dos empregos e dos impostos gerados pelas fábricas. Boa parte da população civil era empregada nas fábricas e via na produção industrial uma forma de geração de emprego e renda (CERQUEIRA, 1995).

O século XIX trouxe consigo as preocupações ambientais, entretanto, somente no século XX, mais especificamente a partir dos anos 70, a sociedade começou a adotar uma postura proativa em relação ao assunto (FERREIRA, 2003). Antes disso, os países desenvolvidos apenas se preocupavam em problemas pontuais e ações corretivas (RUSSO; FOUTS, 1997).

O pensamento de desenvolver meios de produção que não prejudiquem o meio ambiente também não é muito antigo, ele iniciou em meados da década de 1960, a partir de movimentos ambientalistas. A definição do termo *desenvolvimento sustentável*, contudo, somente surgiu nos anos de 1970, quando foi lançado um informativo por estudiosos americanos da *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), sob o comando do professor Dennis Meadows, referindo-se aos limites de crescimento industrial (VEIGA, 2010).

O informativo evidenciava o prejuízo que a humanidade poderia ter com o expressivo desenvolvimento industrial, o aumento da produção de alimentos, o crescimento populacional e a grande exploração de recursos. A continuar naquele ritmo frenético todos os limites do planeta seriam alcançados dentro de um século (VEIGA, 2010).

A partir da década de 1970 a ideia de desenvolvimento sustentável começou a ser discutida amplamente pela sociedade e por estudiosos, alcançando, inclusive, grandes governanças, sendo disseminada em diversas áreas, como na econômica, social, cultural, ambiental, política, etc. (BERNA, 2009).

O desenvolvimento sustentável permeia com exclusividade as áreas comerciais e econômicas, e é compreendido por Cerqueira (1995, p. 57) como:



[...] o desenvolvimento que mantém a mais alta taxa de crescimento econômico possível sem aumentar a inflação. Outro exemplo está contido na mensagem do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, reunido no Rio de Janeiro em 1991: [...] somente a economia de mercado permitirá aos países um desenvolvimento com bases sustentáveis, sem degradar a natureza.

Depreende-se, então, que para grande parte das pessoas o desenvolvimento sustentável possui unicamente enfoque econômico, desconsiderando as áreas social, cultural, etc. Essa realidade, porém, aos poucos já assume outra perspectiva, confirmando a relação do homem com todas as demais áreas.

Assim, no decorrer do tempo, o termo *sustentabilidade* passou a representar a necessidade imperativa do uso consciente e responsável dos recursos naturais, o que, por vezes, foi complicado devido ao uso errôneo da aplicabilidade dos interesses individuais em supressão aos coletivos. Em outras palavras, os recursos eram utilizados de modo a satisfazer necessidades individuais de pequenos grupos de pessoas, sempre com enfoque econômico (CERQUEIRA, 1995).

Nesse contexto, a contabilidade possui um ramo denominado *contabilidade ambiental*, que é um sistema de organização de dados que registra e controla a exploração das empresas e que se atém a recursos naturais (BRANCO, 2003).

Em 1997, no discurso de encerramento do XV Congresso Mundial de Contadores, o então presidente da França, Jacques Chirac, afirmou:

[...] A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia. Isso porque vocês não se restringem a cuidar de contas. Vocês são conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, para que têm um importante papel a desempenhar, especialmente em assuntos sociais e tributários. Vocês orientam pequenas e médias empresas e sua administração, simplificando as alternativas, que ainda são demasiado complexas. Vocês desempenham, portanto, um papel no desenvolvimento das possibilidades de emprego, o que merece um especial registro de reconhecimento [...]. (ZANLUCA, 2014).

Em seu estudo, Zanluca (2014) ressalta ainda as vantagens da utilização da contabilidade ambiental:

[...] identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos, [...] aferir, economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não, [...] gerar informações e demonstrativos sobre a eficácia e a viabilidade econômica das ações ambientais, [...] a publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público, [...] a contínua



correção das ações ambientais, em decorrência da utilização de dados físicos-contábeis, contribui para a sociedade como um todo – pois haverá redução do nível de agressão à natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

Percebe-se, então, que a aplicabilidade da contabilidade ambiental não só traz benefícios ao meio ambiente, mas também à empresa, sempre mediante instrução de um profissional da contabilidade.

Diante da análise perfunctória do tema supra relatado, percebe-se a fundamental importância da contabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades empresariais, que vai desde a geração de empregos até os possíveis aumentos da lucratividade. A contabilidade ambiental, portanto, se fundamenta a partir da orientação conjuntural do profissional contábil, bem como no desafio de proporcionar o desenvolvimento econômico às empresas sem prejudicar o meio ambiente, o que se traduz num desenvolvimento sustentável.

Busca-se, assim, prezar a equidade do equilíbrio entre a necessidade de produção e o consequente aumento de renda com a degradação do meio ambiente e a extração dos recursos naturais. Há que se ter bom senso, pois o termo *sustentabilidade* difere de *eficiência*, que é aquilo que as empresas e as indústrias buscam a fim de obter maiores ganhos com menores gastos. É necessário pensar de forma sustentável para evitar a dilapidação e o esgotamento dos recursos naturais (MARTINS, 2001).

A Carta de Belgrado (1975) traz um importante informe na área da Educação Ambiental:

[...] necessitamos uma nota ética global, uma ética dos indivíduos e da sociedade que corresponda ao lugar do homem na biosfera; uma ética que reconheça e responda com sensibilidade as relações complexas, e em contínua evolução, entre o homem e a natureza e com seus similares. Para assegurar o modelo de crescimento proposto por esse novo ideal mundial, devem ocorrer mudanças significativas em todo o mundo, mudanças baseadas em uma repartição equitativa dos recursos do mundo e em sua satisfação, de modo mais justo, das necessidades de todos os povos.

O texto supracitado revela a necessidade da distribuição equitativa dos recursos, bem como um maior cuidado e sensibilidade no desenvolver da evolução, com maior respeito pela natureza e seus similares, cujos itens são considerados modelos para um novo ideal mundial.

Percebe-se, contudo, uma evidente compatibilidade das empresas hoje inseridas no mercado com o modo sustentável como atuam, visto que grande parte das empresas tem como enfoque único a obtenção de lucro, sem considerar quaisquer aspectos que não sejam a eficiência produtiva, o que difere em muito com o modo sustentável de produção (CERQUEIRA, 1995).



Para Veiga (2010), a sustentabilidade está baseada em sete princípios básicos: 1º) maior enfoque no modo sustentável contribuiria em muito para um maior controle populacional; 2º) adoção de medidas que busquem um aumento da qualidade ao revés da quantidade, com maior divisão dos recursos naturais ao capital, sempre considerando o lucro real; 3º) os avanços tecnológicos devem buscar sempre um enfoque sustentável; 4º) os lucros e capitais auferidos devem ser distribuídos de modo igualitário, a fim de extinguir a pobreza e a fome; 5º) necessidade urgente de participação de governos, lideranças e organizações internacionais para solução de problemas urgentes de modo imperativo; 6º) necessidade da conscientização da população a respeito do desenvolvimento futuro; 7º) preponderância das relações internacionais entre países, estimulando uma boa competição e o estímulo à diversidade e à disseminação de culturas de diferentes povos.

A sustentabilidade é assim descrita por Branco (2003, p. 53):

No princípio, a relação era de coexistência. O homem dependia integralmente da natureza para sobreviver. E parece-nos que a natureza foi benevolente, pois ela está sobrevivendo há séculos. No entanto, essa relação de coexistência vem sendo substituída pela subserviência da natureza à natureza, hoje, é considerada cartesianamente como separada do homem. O homem serve-se dela, apresenta-a como beleza natural, utiliza-se dela, domina-a e a explora incondicionalmente, sem reservas, sem pudores, sem consciência no futuro.

O texto citado relata a coexistência do homem com a natureza, desde o princípio até a atualidade, expondo a realidade de que hoje ela não é nada mais para o homem do que um meio para obtenção de lucro.

Quanto ao atual estilo de vida adotado pela maioria dos indivíduos, Berna (2009, p. 16) relata em seus estudos que:

Um enorme armazém infinito de recursos, nem uma grande lixeira capaz de absorver indefinidamente nossos dejetos. O atual modelo de desenvolvimento mundial tem usado o Planeta além de sua capacidade de suporte, em consequência, o colapso dos sistemas vivos visível por toda parte, como, por exemplo, o aquecimento global, a perda maciça de floresta e biodiversidade, entre outros. Como um lado diferente da mesma moeda, milhões de seres humanos estão condenados a uma vida de sofrimento, fome e miséria.

Segundo Goldstein (2007, p. 54), o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser delineado no início deste novo século, não só para resolver os problemas ambientais, mas também para garantir o prosseguimento do desenvolvimento tecnológico e econômico.

Foi nesse contexto que iniciou a formação de uma nova consciência socioambiental, em que, segundo Ribeiro (2010), a comunidade passou a compreender a sua força política e



econômica por meio de atos que contrariam certas práticas, não somente voltadas para seus entes governamentais, mas também a empresas que lucram em detrimento ao todo. A autora ainda discute que o consumidor começa a se apropriar do seu lugar no instante em que passa a se conscientizar que tem o direito de estabelecer qualidade, não se limitando a bens de capital ou à prestação de serviços, mas também ao atendimento na compra e pós-compra e à qualidade de vida.

3.2 A relação entre o meio ambiente e a contabilidade

Devido às expressivas solicitações dos usuários (*stakeholders*) quanto às informações das empresas no que tange à prestação de contas das suas atividades e transações organizacionais, tanto em aspectos produtivos como socioambientais e administrativos, foram divulgados dados da área contábil que colaboraram com a compreensão de suas atividades. Este fato levou ao aprofundamento dos estudos da Ciência Contábil, movimentando esforços com a finalidade de preencher as lacunas do mercado e das organizações com informações que pudessem expressar a realidade financeira e socioambiental das empresas (FERREIRA, 2003).

A Contabilidade pode ser compreendida como um sistema de informações que a partir de certas modificações tende a se tornar capaz de mensurar os assuntos ambientais, assumindo uma participação importante em relação às suas atribuições sociais (ROCCHI, 2010).

Para Maior (2014), a ideia de criar uma contabilidade ambiental nas empresas que pudesse medir gastos e recursos para a produção de bens de consumo, surgiu com a crise do petróleo, em 1974, quando o produto chegou a um altíssimo custo e estava em escassez. O autor afirma ainda que, na época, as pessoas passaram a entender que não é porque uma matéria prima é um recurso natural que ela vai durar para sempre. A conscientização foi reforçada quando o Clube de Roma – um grupo formado por cientistas de todos os países, preocupados em estudar o futuro do mundo – divulgou um relatório chamado *Limites de Crescimento*. Este relatório mostrava que, caso persistisse o descuido por parte das pessoas e das empresas para com a natureza, o mundo entraria em estado de emergência mais rápido do que se esperava.

Compete à contabilidade ambiental registrar e demonstrar as alterações que modificam o patrimônio das entidades, bem como o seu relacionamento com o meio ambiente (CARVALHO, 2012).

Ribeiro (2010) caracteriza o foco da contabilidade ambiental da seguinte forma:



[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade [...].

Por consequência, a Ciência Contábil passa a gerar informações relativas à gestão ambiental, notificando os *stakeholders* a respeito das ações e suas implicações para os resultados da empresa, que podem ser diretas ou não.

Além disso, o novo mundo globalizado e empresarial precisou se adequar à lei e às resoluções a fim de garantir a preservação do meio ambiente. A Contabilidade Ambiental passou a representar uma nova forma de a empresa colaborar com a sociedade, assumindo suas responsabilidades perante o ambiente e, também, economizando recursos naturais que lhe eram onerosos. Nesse sentido vai o entendimento de Paiva (2003, p. 37):

O Ibracon recomenda que os gastos ambientais efetuados na forma de investimentos de longo prazo sejam classificados como ativos ambientais imobilizados e diferidos. O Ativo Imobilizado Ambiental diz respeito aos equipamentos adquiridos visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano. Os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos constituem valores integrantes do Ativo Diferido, se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercício futuros.

Assim, as adequações das empresas para se adaptarem à nova legislação acarretaram em gastos não previstos. Martins (apud PAIVA, 2003, p. 26) define gastos como “sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer”, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos.

Os gastos ambientais com investimentos de longo prazo são classificados como Ativos Ambientais Imobilizados e Diferidos. Os Imobilizados são aquisições de equipamentos com vida útil superior a um ano, com vistas a eliminar ou reduzir a poluição do meio ambiente. Os Diferidos são gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias, desde que envolvam benefícios futuros.

Os Ativos Ambientais são investimentos destinados à proteção, preservação e recuperação ambiental, os quais devem ser classificados em títulos contábeis específicos, em que são identificados o Ativo Circulante Ambiental, o Realizável Ambiental e o Permanente Ambiental.

A partir do momento em que a Contabilidade reconhece os Passivos Ambientais, a empresa sofre privações de benefícios, segundo apontam a legislação e as regulamentações ambientais.



No entendimento de Paiva (2003), há três condições essenciais para o reconhecimento do Passivo, as quais se relacionam com as obrigações legais, justas ou construtivas. As *legais*, como o próprio nome diz, são relacionadas ao cumprimento da lei ou decisão jurídica aplicada à empresa; as *justas* são obrigações relacionadas à moral ou à ética da empresa; e as *construtivas* são atividades desenvolvidas na cidade, auxiliando na educação ambiental da comunidade, entre outras atividades.

Segundo Ribeiro e Lisboa (2000), o reconhecimento do Passivo Ambiental pela Contabilidade representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos provocados a terceiros.

Nesse sentido segue a contribuição de Paiva (2003, p. 29):

Além dos gastos efetuados no processo produtivo diretamente identificados como sendo ambientais, existem outros que, apesar de serem operacionais, de alguma forma contribuirão para uma evolução do relacionamento da empresa com seu ambiente natural e, indiretamente com a sociedade. Podem-se entender como tais os gastos referentes a pesquisas com novos produtos ou novas formas de produção, visando melhorar a qualidade dos produtos, reduzir o consumo de insumos naturais esgotáveis e não renováveis [...].

Lisboa e Martins (1997, p. 61) enfatizam a esse respeito que: “O contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. Não basta, assim, a preparação técnica, por melhor que ela seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa”.

O profissional da Contabilidade, no atual cenário contemporâneo, é extremamente reconhecido e possui grande importância no interior das empresas. Sua opinião é de grande relevância para os administradores, pois tem ampla visão do todo que envolve a empresa, ao mesmo tempo em que planeja os gastos decorrentes de mudanças.

3.3 A responsabilidade social do profissional contábil na gestão ambiental

A ética, segundo Vazquez (2002, p. 78), “é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”, e o que analisa as atitudes das pessoas, estabelecendo “[...] a compreensão do que venham a ser ou foram tais comportamentos”.

A esse respeito expressa Moreira (2002, p. 21):

Ética é o estudo das avaliações do ser humano em relação às suas condutas ou às dos outros. Essas avaliações são feitas sob a ótica do bem e do mal, de acordo com um critério que geralmente é ditado pela moral. Como conjunto de regras, a ética é o rol



dos conhecimentos aplicáveis às ações humanas, que fazem delas atitudes compatíveis com a concepção do bem e da moral.

O relacionamento da organização com todas as partes interessadas necessita se desenvolver com base num comportamento ético, de maneira que resulte em reciprocidade no tratamento. Esse princípio se aplica a todos os aspectos de negociação e relacionamento com clientes e fornecedores. Ele também é aplicável no que diz respeito aos funcionários. O respeito inclui a individualidade e o sentimento coletivo, seja com a comunidade ou qualquer entidade ou indivíduo que mantenha contato com a organização (KARKOTLI, 2002).

Nesse contexto, na frente interna encontram-se os trabalhadores, gestores e proprietários. Na frente externa estão os clientes, fornecedores, prestadores de serviço, autoridades governamentais, credores, concorrentes, mídia, comunidade local e entidades da sociedade civil (sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais, clubes de serviços, igrejas) (SROUR, 2002).

A fim de colaborar com esta ideia, pode-se afirmar que a responsabilidade social é definida como a administração orientada pela ética e pela prestação de contas da empresa a todos que com ela interajam. Também, pela estipulação de objetivos organizacionais em conformidade ao desenvolvimento sustentável e social, no cuidado com os recursos culturais e ambientais para com as próximas gerações, em respeito à diversidade, com vistas a minimizar as desigualdades na sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2007).

As responsabilidades sociais dos “homens de negócio” referem-se às obrigações ao optarem por caminhos, ao fazerem escolhas e demais ações que estejam alinhadas aos interesses sociais (BOWEN, 1957), em respeito aos âmbitos econômicos, legais, éticos e filantrópicos (CARROLL, 1979).

Assumem, portanto, total responsabilidade pelas consequências que suas ações poderão ocasionar, tanto para colaboradores, meio ambiente, clientes, e outros afetados direta ou indiretamente (DRUCKER, 2002). As ações do profissional deverão estar pautadas na ética e na transparência com todos os *stakeholders*, orientadas ao desenvolvimento consciente, em prol da sociedade (ASHLEY, 2005).

Os assuntos ambientais dizem respeito às empresas de todos os portes e das mais diversas atividades, tendo em vista que inúmeras atitudes podem ser ajustadas, a exemplo do consumo de energia, água ou até a utilização de produtos recicláveis (DIAS, 2009).

Segundo Ferreira (2003, p. 41), “o objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”. Como



afirma Braga (2007, p. 14), “incorporando assim à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócios focado no desenvolvimento sustentável”.

Conforme entendimento de Dias (2009, p. 101):

A adoção de um sistema de gestão ambiental implica uma mudança de mentalidade de toda a organização, desde os altos escalões até níveis inferiores da organização. Implica uma mudança de cultura organizacional com a incorporação da variável ambiental no dia a dia das pessoas que integram a empresa. Por outro lado, a mudança de cultura organizacional também envolve mudança e atitudes com respeito ao ambiente externo da organização.

Uma gestão ambiental eficiente viabiliza a identificação e o aprimoramento das atividades desempenhadas pela empresa. Este sistema favorece o cumprimento de exigências ambientais obrigatórias e as que são adotadas voluntariamente, ajudando assim a organização a realizar alterações na cultura empresarial, por meio de ações ambientais incorporadas às habituais ações já desempenhadas (TIBOR; FELDAMAN, 1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Os assuntos ambientais estão evoluindo em nível de importância no seio da comunidade de negócios, seja em termos de responsabilidade social, do consumidor, do desenvolvimento de produtos, passivos legais e considerações contábeis. A inclusão da proteção ambiental entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração.

Cada vez mais os administradores precisam lidar com situações em que parte do patrimônio das empresas é simplesmente ceifada pelos processos que envolvem o ressarcimento de danos causados ao meio ambiente, independentemente desses danos serem remediados ou não (CERQUEIRA, 1995).

Um ponto que merece grande destaque como solução em longo prazo é a reforma dos processos e sistemas educativos, conforme relata a Carta de Belgrado (1975):

A reforma dos processos e sistemas educativos é essencial para a elaboração desta nova ética do desenvolvimento e da ordem econômica mundial. Os governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novos enfoques para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio no mundo,



mas tudo isso não deixa de ser solução de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Isso vai requerer a instauração de novas e produtivas relações entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e ainda entre o sistema educativo e a sociedade em geral.

O texto supracitado revela um ponto muito importante que pode e deve ser abordado como uma solução em longo prazo, sugerindo que os governos devem realizar uma reforma nos processos e sistemas educativos. Uma maneira eficaz de garantir um desenvolvimento sustentável é investir na mudança da mentalidade das pessoas do país, o que advém de um bom sistema educativo.

Nesse cenário é cada vez mais árdua a tarefa do administrador no tratamento de divulgação desses assuntos na Contabilidade. A complexidade da atividade de certas empresas pode ser fator que dificulta o tratamento dado ao registro e à divulgação, principalmente dos chamados passivos ambiental. Este assunto envolve julgamento e conhecimento específico, daí a necessidade de envolver não somente a alta administração e a classe contábil, mas também engenheiros, advogados, juristas, etc (VEIGA, 2010).

A participação da Contabilidade, portanto, é de extrema importância, pois desperta o interesse para as questões ambientais, bem como ajuda a classe empresarial a implementar a variável ambiental em sua gestão empresarial, e não apenas para constar na legislação mas por uma verdadeira conscientização ecológica (VEIGA, 2010).

A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização da economia, uma vez que os profissionais contadores não se restringem a cuidar de contas. São conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, especialmente em assuntos sociais e tributários.

Para Branco (2003), os profissionais da Contabilidade orientam pequenas e médias empresas em sua administração, simplificando as alternativas que ainda são demasiado complexas, e desempenham um papel no desenvolvimento das possibilidades de emprego, o que merece um especial registro de reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, A.P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



BEUREN, Ilse Maria. Como **Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004

BERNA, V.S.D. **Pensamento ecológico**: reflexões críticas sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. São Paulo: Paulinas, 2009.

BOWEN, H.R. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental**: ferramentas para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANCO, S. **Educação ambiental**: metodologia e prática de ensino. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. São Paulo: Garamond, 2008.

CARROLL, A.B. A three-dimensional conceptual modelo of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, p. 497-505, 1979.

CARTA DE BELGRADO. 1975. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crtbelgrado.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

CARVALHO, G.M.B. **Contabilidade ambiental – Teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2012.

CERQUEIRA, A.S. **Desenvolvimento sustentável**: uma apropriação crítica do conceito e da concepção. São Luiz: SBPC, 1995.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

DRUCKER, P. **O melhor de Peter Drucker**: a administração. São Paulo: Nobel, 2002.

FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, A.C.S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como **Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSTEIN, I. **Responsabilidade social**: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivos/0-A-d8e2011_IndicadoresEthos_PORT.pdf. Acesso em: 20 jan. 2015.

KARKOTLI, G.R. **Importância da responsabilidade social nas organizações**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2002.



LAVILLE, J.L. Definiciones e instituciones de la economía. In: J. CORAGGIO (org.), ¿Que es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires, CICCUS, p. 47-69, 2009.

LISBOA, Lázaro Plácido; MARTINS, Eliseu. **Ética geral e profissional em contabilidade**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuais e Financeiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAIOR, G.S. **Contabilidade ambiental**. Disponível em: <http://www.suspiros.com.ecologia>. Acesso em: 18 dez. 2014.

MARTINS, S.R. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade, seus limites para a América Latina**. Passo Fundo, RS: Ed. UFP, 2001.

MOREIRA, J.M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 2002.

PAIVA, P.R. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. S.; LISBOA, L. P. **Passivo ambiental**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Goiânia, 2000.

_____. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROCCHI, C.A. Uma tentativa de contabilização dos custos ecológicos. **Revista Paulista de Contabilidade**. São Paulo, 2010, n. 467, p. 9-28.

RUSSO, M.V.; FOUTS, P.A. A resource-based perspective on corporate environmental performance and profitability. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 3, p. 534-559, 1997.

SROUR, R.H. **Ética empresarial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

TIBOR, T.; FELDMAN, I. **ISO 14.000: um guia para novas normas de gestão ambiental**. São Paulo: Futura, 1996.

VAZQUEZ, A.S. **Ética**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável, caminhos para o século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZANLUCA, J.C. **Contabilista – Profissão do presente e do futuro**. 2014. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/profissaocontabil.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.